Estratégia Europa 2020

Ponto de Situação das Metas em Portugal, Abril 2014

Reação da EAPN Portugal

O presente documento apresenta a reação da EAPN Portugal ao Relatório enviado pelo Governo Nacional à Comissão Europeia em abril último e que procura avaliar as metas nacionais relativamente à Estratégia 2020.

Portugal, sendo um país intervencionado pela Troika encontra-se numa situação específica, uma vez que tem que cumprir o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, que se iniciou em maio de 2011 e terminou em maio de 2014.

Em termos gerais consideramos que o documento, à semelhança do ano anterior aponta dados muito genéricos assentes numa análise de grande otimismo que não parece ser congruente com as notícias e relatórios que foram sendo publicados durante este período. No entanto, e pela ausência de dados, atualizados, não se faz uma leitura clara e real da situação nacional em termos económicos e sociais. Neste sentido, da leitura transversal do documento fica a impressão de que Portugal tem cumprido todas as metas estabelecidas na Estratégia 2020.

A nossa análise centra-se nas questões relacionadas com 3 dos 5 objetivos estabelecidos: Melhor e Mais Educação, Aumentar o Emprego e Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais.

Embora o documento saliente que Portugal se encontra no caminho da concretização das metas estabelecidas, consideramos que a análise apresentada é meramente descritiva tendo por base números e taxas que indicam, na maior parte dos casos, cenários otimistas para Portugal. Consideramos ainda que a imagem que se tem da pobreza e da exclusão social no país permanece distorcida, o que tem necessariamente consequências na definição das políticas e medidas dirigidas a esta problemática.

A EAPN Portugal considera que se deve apresentar uma nova reflexão dos dados descritos no documento "Ponto de Situação das Metas em Portugal", tendo por base outros documentos oficiais e fontes nacionais que refletem um país com sérios riscos no cumprimento das metas da Estratégia 2020 e a necessitar de assumir novos compromissos que visem uma maior coesão social.

Objetivo: Melhor e Mais educação

Iniciativas emblemáticas no âmbito do objetivo melhor e mais educação

No caso específico do objetivo *Melhor e Mais Educação* verifica-se que na meta relacionada com a taxa de abandono precoce de educação e formação o valor tem vindo a baixar desde 2001. Esta diminuição é justificada pelas medidas relacionadas com o combate ao abandono escolar e os programas de educação e formação e adultos.

De referir que ao nível da % de diplomados entre os 30 e os 34 anos que tenham completado o Ensino Superior ou Equivalente tem havido um aumento da percentagem de forma consistente desde 2001, no entanto a taxa de desemprego dos jovens licenciados bem como o número de pessoas licenciadas que

emigram tem vindo a crescer nos últimos anos. As notícias do Observatório da Emigração[1] revelaram que só em 2013 mais de metade dos portugueses que saíram do país tinham menos de 30 anos.

No que diz respeito ao desemprego, os dados são igualmente preocupantes já que o número de desempregadas/os jovens representava 18,0% no primeiro trimestre de 2014 do total da população desempregada, percentagem superior à observada no trimestre homólogo (17,9%) e à do trimestre anterior (17,1%).[2] Comparando com os outros Estados membros, o desemprego jovem em Portugal foi em Março de 2014 de 36.1%, significativamente superior ao verificado na UE28 (22.5%)[3]

Relativamente à taxa de desemprego por nível de escolaridade completo (ensino superior) verifica-se que no primeiro trimestre de 2014 o valor era superior a 10% (INE).

Objetivo: Aumentar o Emprego

O relatório destaca o aumento significativo do desemprego como consequência grave da crise, mas é necessário destacar igualmente o facto de que a taxa de emprego em Portugal tem vindo a diminuir consecutivamente desde 2001 o que se agravou nos últimos anos como uma consequência direta da crise. Os dados do Eurostat de Maio deste ano revelam que no conjunto dos Estados membros Portugal tem-se destacado pelo facto da taxa de emprego ter uma queda quase contínua no período entre 2003 e 2013[4].

Iniciativas emblemáticas no âmbito do objetivo aumentar o Emprego

Neste ponto salientamos com desagrado e em linha com a política que tem vindo a ser implementada a aposta do governo num mercado de trabalho menos segmentado, mais flexível e competitivo que se traduz, em nosso entender, em maior precariedade. Isto é visível, desde logo, pela medida estabelecida de redução dos níveis de compensação em caso de cessação de contrato de trabalho.

No próprio documento apresentado pelo Governo é referido na página 37 que o tribunal constitucional chumbou as alterações que se pretendiam introduzir ao regime de extinção do posto de trabalho e ao regime de despedimento por inadaptação, o que, por si só, é revelador do impacto que estas medidas teriam no bem-estar da população e na coesão social.

Um dos pontos que nos faz questionar mais uma vez o nível da precariedade do mercado de trabalho em Portugal é as alterações previstas nos mecanismos de determinação dos salários. Como o nível salarial de muitos agregados já é muito baixo estas alterações poderão significar ainda mais precariedade.

Relativamente ao Programa Garantia Jovem, que se trata de uma Iniciativa Emblemática do Governo com vista a reduzir a taxa de desemprego jovem, consideramos que pode ser uma medida que irá camuflar os números do desemprego mas não será eficaz no combate ao mesmo, uma vez que não permite a integração posterior no mercado de trabalho. Teme-se que seja uma medida na qual será investido bastante dinheiro, sem que os resultados sejam os desejados, quer ao nível do aumento das qualificações, quer ao nível da integração no mercado de trabalho. Torna-se fundamental uma monitorização e avaliação desta medida de forma a perceber o seu potencial na integração desta população.

[1] Para mais informações consultar: http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt
[2] Estatísticas do Emprego – 1º trimestre de 2014 ,p. 8.
[3] Eurostat, Euro area unemployment rate at 11.7%, Newsrelease 83/2014 – 3 June 2014
[4] Eurostat, *Employment rate for the population aged 20 to 64 in the EU28 down to 68.3% in 2013*, News release 80/2014 – 19 May 2014

Objetivo: Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais

No documento é dito textualmente na página 44 "*exige-se uma visão estratégica de médio e longo prazo que reduza a pobreza, a exclusão e as desigualdades, indo além das dificuldades que se apresentam na atual conjuntura social e económica*". Esta afirmação leva-nos a pensar que se encontra em marcha um Programa nacional de combate à pobreza e exclusão social. No entanto, pela explicitação posteriormente feita verifica-se que as medidas que são descritas são apenas destinadas a solucionar problemas emergentes, como o comprova o Programa de Emergência Social (PES). É de salientar que este Programa que está em vigor deste Outubro de 2011 carece de uma avaliação rigorosa que permita perceber o impacto efetivo das medidas aqui apresentadas. Relativamente às metas previstas para a redução dos números de pessoas em situação de pobreza e exclusão social até 2020 percebe-se pelo referido no documento que reduziu a percentagem de indivíduos abaixo da linha de pobreza em 2012. Estes números e tendo presente a crise económica e financeira que se tem vindo a intensificar no nosso país, só são possíveis porque se assistiu a uma diminuição da mediana do rendimento monetário líquido por adulto equivalente e, como tal, a uma redução do limiar da pobreza (60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes). Esta situação levou a que um número considerável de indivíduos deixasse de estar em risco de pobreza. No entanto, se tivermos em conta o indicador relativo aos agregados com muito baixa intensidade de trabalho a tendência dos últimos anos é de um acréscimo. No mesmo sentido, tendo por base a linha de pobreza ancorada no tempo, que tem por base não o rendimento monetário líquido, mas a variação do índice de preços no consumidor, verifica-se uma taxa de risco de pobreza consideravelmente superior à anteriormente indicada: 24.7% (2012)[5].

Iniciativas emblemáticas no âmbito do objetivo de combate à Pobreza e às Desigualdades sociais

Destacamos num primeiro momento na referência aos públicos economicamente vulneráveis, a necessidade de se realizar uma avaliação do impacto das medidas dirigidas às pessoas idosas no aumento da sua qualidade de vida. É importante realçar que neste período assistiu-se, por exemplo, a uma redução do montante do complemento solidário para idosos (medida dirigida a idosos com baixos recursos), assim como o número de pessoas beneficiárias da prestação (244 869 em 2012 e 237 844 em 2013). A existência de regras mais apertadas no acesso à prestação poderá estar a criar situações de maior vulnerabilidade neste grupo populacional. É importante referir que em virtude do aumento do desemprego, várias famílias tiveram de recorrer aos seus membros mais idosos, não só como recurso económico, mas também habitacional, o que provocou também uma sobrecarga nesta população. Situações como estas ainda não foram analisadas em toda a sua dimensão e impacto na qualidade de vida destas pessoas.

No caso das famílias e do acesso ao Rendimento Social de Inserção, assistiu-se também a uma redução da prestação e a uma diminuição no número de famílias beneficiárias (160 358 em 2012 e 148 107 em 2013). O impacto destas alterações também está por perceber. É de realçar também que no caso das pessoas sem-abrigo, ainda não foi regulamentada a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-abrigo, embora esta estratégia já esteja em curso desde 2009, com prazo até 2015.

Destacamos ainda a referência ao Combate à pobreza das Famílias. Aqui é salientada a taxa elevada de risco de pobreza e exclusão social nas crianças e a determinação da Comissão Europeia para dar um enfoque especial a este domínio. No entanto, as medidas que vemos descritas parecem esvaziadas de conteúdo e estão muito vocacionadas para situações limite como é o caso do alargamento da CPCJ, o Plano CASA (reforço dos LIJ e CAT). Parece bastante redutor e de alguma forma um contrassenso uma medida que visa o Combate à pobreza das Famílias salientar como uma medida de grande importância o aumento das comparticipações nos lares de Infância e Juventude e nas Casas de Acolhimento Temporário. Desta forma não se está a intervir na família e impede-se que a criança se mantenha no seio da família biológica, contrariando desta forma uma das determinações da Comissão Europeia que vai no sentido de reduzir a institucionalização das crianças.

[5] *Rendimento e Condições de Vida 2013*, Destaque do INE 24 de Março de 2014

A este nível é também referida a importância da Economia social e do papel do terceiro sector na recuperação da economia nacional e é depositada grande expectativa no papel da economia social e nas instituições do terceiro sector para a solução dos problemas relacionados com o desemprego. Esta delegação de responsabilidades e de competências do Estado para o Terceiro sector tem vindo a acentuar-se nos últimos tempos, e importa que as organizações que representam o terceiro sector assumam um papel de diálogo aberto e igualitário com o Governo, defendendo os interesses e as necessidades das organizações que representam e, em última instância das pessoas para e com quem trabalham (nomeadamente as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social).

Salientamos ainda que no referido documento, por diversas vezes, é referida a necessidade de desenvolver trabalho em parceria e destacado o papel das organizações não-governamentais. Este ponto de partida é positivo e os exemplos referidos quer ao nível do Programa da Rede Social, quer nos Contratos Locais de Desenvolvimento Social + (CLDS +) são já programas com anos de implementação que permitem avaliar a importância do trabalho desenvolvido pelas IPSS ao nível local. No mesmo documento é referido também o novo Programa: a Rede Local de Intervenção Social (RLIS). Quanto a este novo programa muito pouco ainda se sabe e uma vez que se trata de uma resposta no âmbito do Combate à Pobreza das Famílias seria importante que este possuísse uma dotação orçamental e que fossem definidas as metodologias de intervenção desta mesma Rede.

*

* *

Agosto 2014